

A "regeneración" paraguaia após a guerra da Tríplice Aliança e o papel da mulher

Alberto Moby Ribeiro da Silva*

Resumo

No começo de 1869, após quase cinco anos de guerra contra a Tríplice Aliança, o Paraguai, virtualmente derrotado e sob a tutela da Tríplice Aliança, institui um Governo Provisório que propõe a "regeneração" do país, "sob a égide dos direitos do homem e cortejada por todos os princípios liberais que são o patrimônio das nações mais cultas". Destacamos aqui o papel singular da mulher paraguaia nesse processo, as preocupações dos "regeneradores" para com elas, apontando pistas sobre sua importância na manutenção da identidade cultural guarani – então vista como sinal de "atraso", de "barbárie" e de "jesuitismo" – nas brechas situadas entre as representações e o discurso sobre elas e sua real atuação no cotidiano.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai. História social. Paraguai.

No período imediatamente posterior à ocupação do Paraguai pelas forças da Tríplice Aliança, conhecido como "regeneración", duas forças principais disputaram o poder – em todo caso, tutelado. Pretendo discutir neste ensaio as consequências desse projeto de "regeneración" e as ações decorrentes deste sobre as pessoas comuns do país, com destaque para as mulheres. Ampla maioria depois da maior tragédia da história rio-platense, coube a elas sobreviver sob as novas diretrizes político-econômicas pautadas pelo pensamento liberal, particularmente de inspiração bonaerense, que lhes atribuía papéis e responsabilidades em vários aspectos dramaticamente distantes da tradição cultural paraguaia, sem que lhes fosse dado o direito à vida pública e, portanto, aos espaços onde pudessem manifestar suas incompreensões,

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

Recebido em: 5/10/2011 - Aprovado em: 20/11/2011

desconfortos ou discordâncias quanto ao novo modelo imposto pelos estrangeiros vitoriosos e seus prepostos nativos.

Mesmo admitindo-se que o desespero tenha levado Francisco Solano López e alguns de seus chefes a uma terrível mistura de paranoia e tirania, particularmente durante o período 1868-1870, empurrando os paraguaios para um verdadeiro holocausto, como propõem alguns autores, fica claro que as ações dos aliados, no sentido da destruição da cultura guarani-paraguaia, não foram acidentais. Oficialmente, o plano da Tríplice Aliança era derrubar o que se denominava de “abominável ditadura de López” e “abrir ao comércio do mundo essa esplêndida e magnífica região que possui, talvez, os mais variados e preciosos produtos dos trópicos e rios navegáveis para explorá-los”,¹ como afirmou em um artigo o então presidente argentino Bartolomé Mitre para o jornal *La Nación*, de 3 de fevereiro de 1865. Mitre, aliás, admitiria mais tarde que “os soldados Aliados, e muito particularmente os argentinos, não foram ao Paraguai para derrubar uma tirania [...] e da mesma forma teríamos ido se em vez de um governo monstruoso e tirânico como o de López houvéramos sido insultados por um governo mais liberal e civilizado”.² Antes de consumada a vitória, no entanto, não se podia admitir tais razões, que seriam, obviamente, consideradas injustificáveis:

[...] não se vai matar a tiros um povo, não se vai incendiar seus lares, não se vai regar de sangue seu território, dando por razão de tal guerra que se vai derrubar a tirania a despeito de seus próprios filhos que a sustêm ou suportam [...]. A filoso-

fia, a humanidade, a moral desertariam de suas fileiras se tivéssemos ido matar paraguaios e destruir o Paraguai para redimir um montão de ruínas e um grupo de viúvas e órfãos, cobrindo com a bandeira da liberdade o último cadáver do último sustentador da sua tirania.³

O que se queria era quebrar a espinha dorsal do Paraguai e com esta todo o atraso que para os aliados a cultura guarani representava. Essa cultura era identificada com o mesmo “conservadorismo” que propiciou a existência de Francia e dos López. Entendo “cultura” aqui em seu valor ampliado, pensando tanto a tradição cultural propriamente dita como o modelo político-econômico a essa vinculado.

Com a ocupação de Asunción pela Tríplice Aliança em 1869, entre as elites dirigentes pertencentes à então denominada “gente calzada”, dois grupos fundamentais trazem ao cenário político do país uma antiga luta pelo poder do Estado, naquele momento sob a tutela de representantes brasileiros da Tríplice Aliança. *Grosso modo*, podemos dizer que esses dois grupos – legionários e lopistas – representavam, de um lado, o pensamento liberal assimilado particularmente em Buenos Aires e, do outro, os representantes do segmento econômica e culturalmente dominantes durante o governo de Solano López, ainda bastante inseguros quanto a de que lado do espectro ideológico que estava colocado no final do século XIX se posicionar. Como “espectadora” (embora não propriamente passiva), havia a “gente comum”, “gente baixa” ou da “terceira classe”, uma massa de homens e principalmente de mulheres do campo ou da periferia da capital dedicada à atividade

agrícola ou à economia informal e pulverizada predominante na caótica Asunción dos primeiros anos do pós-guerra. A luta pelo poder entre legionários e lopistas marcará as três décadas seguintes.

Entre os legionários podemos identificar os que ainda em setembro de 1851 eram favoráveis à incorporação do Paraguai à República Argentina e os que em 1858 assinariam um manifesto convocando a população a derrubar o governo de Carlos Antonio López (1844-1862). Esse grupo fundaria em 2 de agosto daquele ano a Sociedad Libertadora de la República del Paraguay.⁴ Entre os líderes dessa “frente de libertação” estava a maioria dos que, em novembro de 1864, iriam organizar a Asociación Paraguaya, origem dos legionários. Outros ainda eram jovens cuja educação recebida no estrangeiro continha uma forte dose do pensamento liberal francês. Essa “corrente emigratória” acabaria por engendrar de fato um partido “revolucionário” na Argentina, que se não chegou a se constituir antes da guerra, estava virtualmente formado à espera de que houvesse as condições necessárias para sua atuação. Em 1865, com a eclosão da guerra, começam a se concretizar as esperanças dos exilados de um dia chegarem ao poder. Organizam-se num comitê revolucionário – a Asociación Paraguaya – que, tão logo as forças paraguaias invadem a cidade argentina de Corrientes, em abril de 1865, oferece ao governo argentino sua cooperação. Em 22 de abril um decreto assinado por Mitre, por seu ministro da Guerra Juan Andrés Gelly y Obes, dava aos exilados o respaldo de que necessitavam.

A Asociación criaria, assim, a Legión Paraguaya, seu braço armado.⁵ Para fugir à acusação de traidores da pátria, os membros da Legión argumentavam que seu único objetivo era derrubar a tirania de López. Por isso, reivindicavam lutar ao lado dos aliados somente se lhes fosse permitido formar uma unidade separada, sustentando a bandeira paraguaia, o que realmente ocorreu, tendo a Legión se incorporado aos aliados, ao lado do Exército argentino. O tardio reconhecimento oficial por parte da Tríplice Aliança, somente no final da guerra, não chegaria a prejudicar seriamente seu propósito, que desde a formação da Asociación era ser reconhecida como o legítimo governo do Paraguai, o que a havia levado, inclusive, a propor a assinatura de um tratado de aliança com o Brasil. O Império, no entanto, embora aceitasse a colaboração de voluntários paraguaios, era contra a existência da Legión, por acreditar que essa traria ainda mais complicações durante e após a guerra.⁶ Repelida pelo Brasil, a Asociación volta-se para a Argentina, que graciosamente a autoriza a organizar sua legião, tendo como comandante o coronel Fernando Iturburú e como subcomandante o tenente-coronel Juan Francisco Decoud.

Ocupada a Asunción em janeiro de 1869, surgia a oportunidade concreta da ação política da Legión, já que suas ações militares foram extremamente limitadas. Entretanto, em fevereiro, enquanto os legionários lutam para ser reconhecidos como legítimos herdeiros do poder político no Paraguai, chega à capital um novo personagem cuja atuação imprime trans-

formações decisivas na conjuntura política do período: Cândido Bareiro. Agente comercial de López na Europa, Bareiro passa a aglutinar ao seu redor vários outros personagens ligados ao regime de López. Sua figura foi fundamental para reunificar, pelo menos num primeiro momento, os líderes legionários, tendo como centro de gravitação Juan Francisco Decoud. Ao mesmo tempo, porém, Fernando Iturburú insatisfeito por ter sido preterido reúne os legionários que lhe são fiéis e entra em negociações com os bareiristas, ou lopistas, alinhando-se com eles.

Em 31 de março uma assembleia geral decide formar uma comissão para encaminhar à sede diplomática da Tríplice Aliança, em Buenos Aires, uma petição assinada por 330 cidadãos paraguaios solicitando a autorização para a criação do governo provisório. A tumultuada eleição dos delegados foi motivo para uma das muitas e acirradas divergências entre legionários e lopistas que caracterizariam os primeiros anos do pós-guerra. Os partidários da influente família Decoud, por exemplo, retiraram-se da assembleia por discordarem da inclusão de elementos bareiristas na composição da comissão, que foi criada e enviada a Buenos Aires.

Em 2 de junho são firmados dois protocolos de intenção entre os representantes dos aliados e os delegados paraguaios, concordando com a instituição de um governo provisório composto exclusivamente de cidadãos paraguaios e estabelecendo as condições e os prazos para a constituição desse governo. Destaca-se desses dois documentos a inequívoca submissão do futu-

ro governo provisório aos aliados ao ficar estabelecido que a sua ação gozaria de total independência em relação ao governo provisório quanto às questões militares, podendo ocupar os pontos que julgasse necessários e usufruir de todos os recursos do país, inclusive de propriedade particular. Além disso, o documento assegurava que a autoridade do governo provisório não se estenderia aos quartéis, acampamentos ou indivíduos pertencentes aos exércitos aliados. Em caso de delito entre um cidadão paraguaio e um militar, ou empregado dos exércitos aliados, preferir-se-ia a jurisdição militar, salvo se a autoridade militar aliada decidisse em contrário. Além disso, todos os indivíduos, navios, víveres, forragens e demais materiais pertencentes aos exércitos aliados ou a seus provedores teriam entrada e saída pelo território paraguaio com total isenção fiscal.⁷

Enquanto aconteciam as negociações em Buenos Aires, chegava a Asunción outro personagem capital para o desenrolar dos primeiros momentos do pós-guerra. Tratava-se de Cirilo Antonio Rivarola, que viria compor a Junta Provisória e, em seguida, se tornaria o primeiro presidente constitucional do país. Rivarola, de tradição liberal, tinha a simpatia de vários líderes legionários. Seu pai Juan Bautista Rivarola tivera atuação destacada como deputado no Congresso de 1844 convocado para legitimar Carlos Antonio López no poder e aprovar sua Carta política – uma espécie de esboço constitucional, provavelmente redigido pelo próprio presidente – quando condenou, sozinho, a Carta política aprovada por todos os demais congressis-

tas, qualificando-a de ditatorial. Durante o governo de Francisco Solano López, Cirilo Rivarola destacou-se por difundir as posições liberais de seu pai sobre o que qualificava de arremedo de Constituição. Isso, obviamente, atrairia a ira de Solano López. Por essa razão, seria preso e torturado em Cerro León, onde servia como sargento de infantaria. Tomada de assalto pela Tríplice Aliança essa localidade, Cirilo Rivarola foi resgatado, tendo sido, segundo consta, muito bem tratado pelo Conde d'Eu, comandante da operação, que o teria enviado a Asunción com recomendações especiais para o representante brasileiro na capital paraguaia, José Maria da Silva Paranhos, visconde de Rio Branco. Os brasileiros, com maior força de ocupação, decidiram investir em Rivarola porque, embora ele tivesse pouca instrução e talento político, era útil, do ponto de vista do Brasil, por não ser ligado à Legión ou aos lopistas.⁸ Por essa razão, passaria ser visto como peça importante para os brasileiros no complicado jogo de xadrez entre os aliados para manter o controle sobre o processo de reorganização da vida pública paraguaia.

No dia 26 de junho é fundado o Club del Pueblo, primeira agremiação política paraguaia do pós-guerra, desdobramento da Legión, sob a clara inspiração da família Decoud. Em 22 de julho, no Teatro Nacional de Asunción, uma assembleia de 129 cidadãos paraguaios (porém presidida pelo representante argentino José Roque Pérez, e tendo como secretário o ministro Paranhos) elege uma Junta Nacional com o objetivo de designar um comitê eleitor, cuja tarefa era indicar os três cidadãos que

comporiam o governo provisório. O Comitê se reúne no dia 5 de agosto e decide indicar Juan Francisco Decoud, José Díaz de Bedoya e Carlos Loizaga. Com clara intenção de agradar à representação brasileira, o Comitê decide incluir também na lista – mas como alternativa Juan Francisco Decoud – Cirilo Antonio Rivarola.

Na verdade, apesar da intensa participação e evidente influência dos Decoud nesse processo, Juan Francisco Decoud não era visto com bons olhos pelos aliados, especialmente por Paranhos. Essa rejeição se deveria ao fato de que um de seus filhos, Juan José, havia escrito um artigo para um jornal de Corrientes condenando com veemência a atuação das tropas brasileiras durante a tomada e ocupação de Asunción. A Rivarola, o homem do Brasil no Triunvirato, foi entregue o cargo de presidente, que, embora limitado, conferia-lhe um poder simbólico bem maior que aos outros dois membros da Junta, além de aportar a esta o componente de submissão desejado pelos aliados.

No manifesto explicativo de seus antecedentes e de sua missão divulgado em 10 de setembro, o Governo Provisório, afirmando sua relação com a Tríplice Aliança, vislumbra a

era nova que se apresenta sob a égide dos direitos do homem e cortejada por todos os princípios liberais que são o patrimônio das nações mais cultas, [cujo agente privilegiado é] o Triunvirato que se inaugura sob os generosos auspícios dos Governos Aliados, cujos exércitos entraram no Paraguai presidindo outro composto de um imenso comércio, indústria e imigração não menos poderoso para sua civilização que aquele, para derrotar o poder do mais feroz dos tiranos [...].⁹

Para isso era preciso, segundo o manifesto, que o povo fosse “regenerado”, “para que outra vez não caia na escravidão”.¹⁰ Esse pensamento “legionário”, transformado em expressão da verdade do “novo” Paraguai, impôs-se por meio do jornal *La Regeneración*, que nasceu em 1º de outubro de 1869.

Entretanto, o grupo que mesmo sem o apoio argentino ou brasileiro conduziria a luta política e o poder até o final do século foi o dos lopistas. Inicialmente comandados por Cândido Bareiro e por Bernardino Caballero, considerado na época o maior herói vivo do Paraguai por ter lutado ao lado do marechal até o fim, tendo somente caído nas mãos do inimigo na batalha final, em Cerro Corá, os lopistas lideraram um processo de luta política violenta que parecia impossível acontecer num país arrasado econômica e socialmente pela guerra.

Assim, o Paraguai do pós-guerra viveu um curioso processo de acomodação entre o ideário liberal, cujos representantes provinham da Legión, e o caudilhismo, representado pela supremacia, até 1904, dos lopistas. É extremamente difícil para quem se debruça sobre esse período traçar um quadro preciso da época no que diz respeito às justificativas ideológicas para o comportamento autoritário dos liberais e para o baixo nível de questionamento do credo liberal por parte dos nacionalistas. Essa estranha composição só se justificava porque tanto legionários quanto lopistas mostravam muito pouca familiaridade com o povo e as reais condições do caótico Paraguai do pós-guerra.

Por outro lado, os interesses pessoais, pelo que mostram as evidências, sempre estiveram acima das rivalidades políticas entre os legionários e os lopistas. Se podemos dizer que nos primeiros momentos da vigência da Constituição de 1870 houve tentativas de se conduzir a vida política por intermédio de organizações partidárias com bases doutrinárias, repudiando-se o personalismo, logo essas associações, baseadas em princípios, iriam desaparecer para dar lugar a nucleações transitórias, organizadas em torno de fortes personalidades civis e militares que dariam escassa ou nenhuma importância a teorias políticas, preferindo as “realidades sociais”.¹¹

A delinquência feminina nos primeiros anos do pós-guerra

A questão da delinquência feminina no Paraguai no pós-guerra da Tríplice Aliança é apenas um dos vários fios de uma imensa e complexa teia de relações sociais estabelecidas entre a nova elite política, econômica e cultural forjada pelos aliados, na maioria das vezes sob a hegemonia brasileira, e o seu oposto, a “gente baixa” paraguaia. É apenas uma das muitas faces da questão que se coloca para essas elites quanto a definir um papel para a mulher paraguaia oscilando entre uma feminilidade ideal e a paraguaia real em meio ao caos do pós-guerra. Trata-se de uma questão de gênero, mas também de uma questão de classe social.

Evidentemente a tarefa mais árdua dessa “gente baixa” num país arrasado por

uma guerra de quase seis anos era a de pôr em prática táticas de sobrevivência para enfrentar aqueles anos difíceis. Tratando especialmente de suas mulheres e dentre elas as que fizeram da delinquência sua interpretação particular dessas práticas de sobrevivência, tentarei acompanhá-las em Asunción, a capital paraguaia, e seus arredores, tentando mostrar como a “gente calzada”, particularmente por intermédio de seus representantes na imprensa, interpretava a delinquência, como se servia dela como instrumento de propaganda ideológica em favor do papel de gênero aceitável para a mulher em geral e para a mulher pobre em particular e como a reprimia.

Entre julho de 1868 e janeiro de 1869, período de avanço decisivo das tropas da Tríplice Aliança território paraguaio adentro rumo à capital, Asunción, cuja população antes da guerra seria de pouco menos de 15 mil habitantes, transformara-se numa cidade fantasma. Em 22 de fevereiro de 1868 a cidade é evacuada e estabelecido como nova capital o povoado de Luque, que seria apenas a primeira capital provisória do Paraguai em guerra a ser designada por Solano López. Desde então, dia após dia, os poucos remanescentes de Asunción aguardaram com ansiedade a chegada de tropas brasileiras,¹² na expectativa de que a cidade retomasse sua vida normal.

As esperanças dos que não fugiram da capital trouxeram consigo um alto tributo. Seguindo as ordens do então Marquês de Caxias, comandante-chefe das tropas aliadas, o então coronel Hermes da Fonseca aportou em Asunción na noite

de 1º de janeiro de 1869, acompanhado de 1.700 homens. Os poucos remanescentes do Exército paraguaio na capital agiram mais como observadores do que seus defensores. Quatro dias depois chegava Caxias com o grosso dos exércitos aliados, na quase totalidade brasileiros. Oficiais e soldados instalaram-se em residências abandonadas e prédios públicos. Junto com eles chegou também à capital uma onda de saques, incêndios, estupros e toda sorte de crimes.

Asunción era praça de guerra quando nela entrou a brigada comandada pelo coronel Hermes, e portanto tudo quanto nela se encerrava e que seus habitantes fugitivos não puderam levar consigo, pertencia ao vencedor.¹³

Embora as autoridades brasileiras se preocupassem em reprimir esses abusos em todos os pontos do país, que “são inerentes à guerra e que a tornam tão deploável em suas conseqüências, maleficiando a habitantes fracos e desarmados”,¹⁴ não há evidências sobre medidas concretas a esse respeito e é pouco provável que tenham realmente existido, até porque a própria iniciativa da ocupação veio acompanhada de uma série de ações comandadas ou vistas com benevolência pelos próprios oficiais brasileiros, cuja primeira medida foi ocupar os prédios públicos e casas particulares no centro da cidade para lhes servirem de alojamento. Muitos chegaram a usar as habitações desocupadas como estábulos, para suas montarias,¹⁵ de forma que em pouco tempo não havia nenhuma habitação abandonada na capital paraguaia.

Asunción em pouquíssimo tempo acabava se transformando no reverso de

um país desertificado e desolado. Junto aos aliados chegava também uma gama heterogênea de seguidores das tropas, composta de vivandeiros, turistas, observadores oficiais e independentes e exilados paraguaios que retornavam após vários anos. Ao mesmo tempo, a capital começava a ser tomada por gente de todas as partes do país em busca da própria sobrevivência. Centenas de esfomeados sobreviventes paraguaios vagavam pelas ruas da cidade:

Homens sem registro, doentes, mutilados, empobrecidos e miseráveis surgiam com mulheres desafortunadas, nas mesmas ou em piores condições, como os únicos remanescentes da antiga população do Paraguai, pois a riqueza que antigamente era extraída do solo paraguaio foi substituída por uma completa desolação [...].¹⁶

Por outro lado, à medida que avançavam em sua caçada ao que ainda restava do exército de López, os aliados agregavam à sua marcha centenas de pessoas, a maioria mulheres, que viam nas tropas aliadas sua última tábua de salvação. Por várias ocasiões, certamente para desembaraçar a movimentação das tropas, o Conde d'Eu, que substituíra Caxias no comando das forças brasileiras, ordenou envio de famílias – as que manifestassem o desejo de fazê-lo – para Asunción.

Entretanto, é de se imaginar que seria quase impossível para essas famílias alguma alternativa lá. A capital era o único lugar onde havia reais condições, embora mínimas, de a vida cotidiana se reconstituir em curto prazo para toda essa massa de desamparados, principalmente de desamparadas. Em memória ao Congresso

paraguaio, datada de 24 de novembro de 1870, Juan Bautista Gill,¹⁷ ministro da Fazenda do Governo Provisório, descrevia esses sobreviventes, que chegavam de trem às centenas à capital, como um povo reduzido à triste situação de mendigo, sem-lar, sem-família e sem ânimo até para estender a mão ao transeunte implorando caridade.

Estima-se que no auge da ocupação de Asunción as tropas brasileiras possam ter chegado, aproximadamente, a trinta mil soldados. Entretanto, a cidade inicialmente foi sendo povoada por mulheres.

Pouco a pouco foram aparecendo mulheres idosas, como que explorando. A princípio, vinham receosas; mas, depois, o medo deu o lugar à confiança [...]. Mais tarde, foram chegando famílias, constituídas exclusivamente de mulheres e crianças, que se tinham refugiado nos povoados próximos. A cidade ia perdendo o aspecto demasiado severo de praça de guerra. Nas ruas e largos, viam-se grupos de mulheres sentadas em pequenos tamboretes, vendendo em tabuleiros de pau chipas¹⁸ e frutas, rendas, em que são exímias, e o afamado inhanduti,¹⁹ que dizem ser hoje tecido muito de moda. Todas, sem exceção, andavam descalças.²⁰

Não é difícil imaginar que as mulheres da cidade, distantes da terra natal, fossem presas fáceis para esse bando de homens embrutecidos pelos horrores da guerra, cujos apetites sexuais não podiam ser dos mais moderados. Assim descreve o general José Garmendia:

[...] a soldadesca desenfreada abriu as válvulas de sua feroz lascívia e estas infelizes que tinham visto seus esposos, filhos e namorados perecerem, sofreram ainda os ultrajes da luxúria na noite mais negra de suas vidas. Não sei como não morreram.²¹

Dionísio Cerqueira também descreve uma situação em que fica bastante evidente a relação entre as mulheres paraguaias e as forças de ocupação. Ao passar por debaixo de um laranjal, nos arredores de Asunción, ele avistou mulheres escondidas no topo de uma árvore e alguns homens ao redor incentivando-as a descenderem, ao que as mulheres parecem reagir, segundo Cerqueira, com pavor:

[...] vi mulheres escondidas na ramalhada, transidas de pavor, algumas com os filhos nos braços. Embaixo, soldados convidavam-nas a descer, e elas, como galo da fábula, desconfiavam das lábias das velhas raposas [...].²²

É importante acrescentar que os cronistas da época parecem admitir que havia nas próprias paraguaias motivos para a lascívia generalizada da soldadesca para além da abstinência sexual resultante do isolamento nos campos de batalha. Em quase todos os cronistas militares e viajantes, a descrição da beleza e do espírito alegre das mulheres de Asunción é recorrente – ainda que possam padecer do mesmo exagero decorrente das penúrias da guerra e da falta de convívio com o sexo feminino que geralmente descartam.

Entretanto, aos poucos, toda a atividade informal em Asunción ia ficando a cargo delas:

[...] a população de Asunción, que se estima em geral como de 10.000 habitantes, inclui entre 2.500 e 3.000 homens dos quartéis brasileiros de ocupação, a maioria deles negros, estabelecidos em uma colina fora da cidade, e o aprovisionamento desta força militar possibilita uma boa parte do comércio da cidade. O componente não-militar da população mas-

culina, que pode estar em torno das 1.500 pessoas, consiste quase que inteiramente de estrangeiros, sejam brasileiros, italianos ou de outras nacionalidades. As mulheres paraguaias, não obstante, de todo tipo e cor, desde o tipo indígena ou negro até quase o puro espanhol, formam a maioria dos habitantes, e todo o comércio do interior é realizado por elas. Centenas de mulheres, cada uma levando na cabeça uma canastra com certas mercadorias comercializáveis, vegetais, ovos, leite, tabaco, ou pão à base de farinha de mandioca, chamado “chipa”, se trasladam até Asunción desde as zonas circunvizinhas todas as manhãs e ocupam as “plazas” abertas durante o dia, retornando a suas casas ao entardecer. A água potável da cidade se origina dos vários “pozos”, a certa distância da zona urbana, e é trazida de manhã e à noite pelas mulheres, que andam em fila indiana indo e vindo, cada uma sustentando um grande cântaro sobre a cabeça.²³

No entanto, as novas lideranças político-ideológicas do pós-guerra trazem ao Paraguai um modelo de mulher em geral bastante distante da maioria das mulheres paraguaias. Esse modelo, que certamente afetava a vida das mulheres das classes pobres, ainda que não a ponto de transformá-la substancialmente, parece ter encontrado eco mais fortemente nas mulheres da classe dominante. Era, aliás, segundo esse modelo a ser seguido, que estas podiam se diferenciar daquelas.

Por outro lado, não podemos perder de vista que esse modelo era ainda objeto de controvérsias entre os publicistas do pós-guerra. A emancipação ainda que tímida e parcial das mulheres, afinal, representava para muitos uma séria ameaça ao poder, que milenariamente tinha sido outorgado ao homem. Contribuir para a emancipação

da mulher significava para o homem não apenas perder vantagens quanto à moral e à vida pública, mas também conviver com a ameaça e a concorrência que representavam. Dessas ameaças, a maior era a de que elas pudessem demonstrar que sua capacidade não era inferior, o que ameaçaria o equilíbrio social tanto em nível da coisa pública quanto da vida privada.

Nesse sentido, a educação feminina passou ser obrigatória, mas não dever do Estado, somente para as meninas entre 6 e 14 anos de idade em 1909.²⁴ Ademais, a Escuela de Preceptoras, primeira instituição “destinada a despertar a vocação magisterial das mulheres”,²⁵ foi organizada apenas em 1890 pelas irmãs Adela e Celsa Speratti. De qualquer forma, as evidências mostram que a instrução feminina, mesmo sendo uma das muitas novidades liberais advindas do pós-guerra, trazia pouca novidade na relação entre os gêneros. A mulher devia ser instruída para melhor interpretar e pôr em prática, graças a essa ilustração que deveria ser parcial, questões “próprias do belo sexo”.

No Paraguai, aliás, um dos quadros mais interessantes sobre o papel feminino seria traçado ironicamente, mas não surpreendente, por uma mulher nas páginas do jornal *El Pueblo*:

A poesia é a companheira inseparável da mulher boa e é ela que embeleza o lar doméstico. Desgraçada a mulher que a desconhece e desgraçado também o homem que busca para sua companheira uma mulher prosaica e materialista! [...] Toda mulher que cuida de embelezar sua casa e de torná-la agradável para sua família tem alma poética [...]. O lar doméstico sem poesia é para o espírito forte do

homem um cárcere mesquinho e gelado. Se a mulher sabe embelezá-lo, é o oásis onde crescem palmeiras e flores, onde a água murmura docemente, onde a alma repousa das lutas e das dores da vida.²⁶

Não podemos esquecer de que o modelo de mulher para a sociedade paraguaia da “regeneración” talvez tivesse como objetivo primeiro convencer e moldar as mulheres da classe dominante e a partir delas esse modelo irradiasse para toda a sociedade. Não é por outra razão que os documentos sempre exaltam as ações exemplares de mulheres da classe dominante, ao mesmo tempo em que lançam suspeitas sobre ou, mesmo, denunciam mulheres das classes subalternas.

O papel social dessas mulheres que deveriam transformar o lar num ambiente poético, um “oásis onde crescem palmeiras e flores” e onde a água murmuraria docemente, lugar de repouso para a alma (masculina) “das lutas e das dores da vida” e cujo papel na vida pública deveria se restringir à caridade, era apresentado como inerente à natureza feminina. Em outras palavras, era biológico, não era possível fugir. Nesse contexto, distinguir a mulher ideal da mulher real não é uma tarefa das mais fáceis, porque a real mulher paraguaia praticamente não deixou registros de sua existência. Pode-se encontrá-la, no entanto, no discurso da imprensa sobre como eram as mulheres que frequentavam os bailes (das “famílias distinguidas”) e as delinquentes (da “gente baixa”).

No caso dos bailes promovidos pela classe dominante nas casas dos seus membros mais destacados, especialmente no

Teatro Nacional, deparamo-nos com o esforço da mulher da classe social detentora do poder econômico e político, no sentido de atender as exigências que lhes eram impostas por seus homens, diferenciar-se da imensa massa de mulheres do povo, cujos hábitos, costumes e tradições eram, aos olhos do pensamento liberal, símbolo de barbárie e atraso social. No entanto, no recesso do sacrossanto lar, seu dever era de anulação. Já assim descreve uma mulher em 1907:

Como esposa não tem nenhuma personalidade, a aparente grande importância que se dá a ela é pura decoração: na realidade, seu valor é meramente formal, não tem significado próprio, vale o que vale o marido e tal é, em geral, seu grau de ignorância que se pavoneia, orgulhosa, de sua triste condição de escrava.²⁷

Nos episódios relativos às mulheres delinquentes e infratoras, tomamos contato, ainda que breve, com outro extremo da atuação feminina no pós-guerra, quando mulheres do povo rompem com a condição de submissão, rejeição e resignação que lhes era imposta para denunciar por meio da sua insubordinação a iniquidade dos “regeneradores”. Por outro lado, não podemos esquecer das mulheres comuns, as que não aparecem nos registros policiais. É exatamente a designação de um papel social exclusivamente doméstico para a mulher – e sua aceitação – que alimenta a contradição que dá brecha à manutenção da cultura guarani-paraguaia. É na intimidade e na informalidade do lar que se dão as maiores vitórias na luta contra a nova ordem imposta pelos “regeneradores”. Numa sociedade globalmente domi-

nada pelo poder masculino, as mulheres pelo menos exercem todo o poder possível. As mulheres do século XIX e, sem dúvida, as de todos os tempos, não foram apenas as vítimas ou os sujeitos passivos. Utilizando os espaços e as tarefas que lhes eram deixadas ou confiadas, às vezes elas elaboraram contrapoderes que podiam subverter os papéis visíveis.²⁸ É o que tentarei demonstrar a seguir.

Um dos principais dilemas dos “regeneradores” era a questão da moral pública, resumo, traduzido para a vida cotidiana, das relações entre a almejada “nova ordem” e a população real do Paraguai do pós-guerra. O problema, no entanto, era que, apesar de apregoarem os pressupostos básicos do pensamento liberal, os grupos dominantes do Paraguai do pós-guerra estavam ainda bastante impregnados pelo pensamento patriarcal que atingia de maneira particular as mulheres. Para tais grupos, à mulher cabia apenas ser a “progenitora da [...] regeneração, a reedificadora da [...] nacionalidade caída”.²⁹ Evidentemente essa tarefa cabia apenas àquelas identificadas com a “missão de labor doméstico e de carinho, deixando aos homens as rudes tarefas da política e da guerra”.³⁰ Esse papel era predicado como o único possível, em artigo do jornal *La Libertad* de 27 de abril de 1874, ao passo que qualquer participação feminina na vida pública era condenada como “ridícula”. Nesse artigo, o jornal condena com veemência a atitude de um grupo de mulheres que reivindica de várias autoridades uma “mudança radical do Poder Executivo”. O jornal não apenas condena a atitude das mulheres como

põe em dúvida a capacidade de o grupo, por iniciativa própria, ter pensado o ato reivindicatório que foi levado a ser praticado. E pergunta:

Quem inspirou semelhante disparate a estas infelizes mulheres?

Por que fazer pôr em ridículo essas pessoas abusando de sua ignorância?

Quantas delas, aconselhadas pelo carinho de mães, esposos; a filhas, a cujos filhos, esposos ou pais seriam apresentadas como vítimas, acreditavam cumprir com o duplo dever de patriotismo e amor à família e deram tão inoportuno passo.³¹

O artigo se estende chamando a atenção do leitor para o ato “criminoso” perpetrado por homens mal-intencionados ao incentivarem suas esposas, mães, irmãs ou filhas a um ato tão ridículo. E pergunta: “Não sabem que por nossas leis e costumes a mulher não tem direitos civis?” Finalmente aconselha e prescreve:

Empreguem em boa hora as mulheres o recurso de súplica para comover o coração do magistrado e arrancar um semelhante da ação da lei; ou empreguem esse mesmo recurso para todo ato que se ligue a seu sexo e caráter social, em que as leis e costumes admitam a intervenção humanitária da mulher; mas não é razoável impulsionar esta parte preciosa de nossa sociedade a cometer atos que, como este de que nos ocupamos, não é dado nem mesmo ao cidadão praticar [...]. Corresponde a nossas mulheres o cuidado interno do lar, a direção dos ternos filhos, elevar preces ao Senhor pelo bem da humanidade, coser, passar e o trabalho [doméstico], preparar a comida, condimentar o queijo, varrer a casa, cuidar da roupa do marido etc. etc.; e não intrometer-se em quem é melhor para Presidente ou Juiz de Paz. A mulher, se se afasta dos deveres que a sociedade

cristã lhe impôs, perde a dignidade [...] e a própria sociedade passa a olhá-la como um ser estranho que não lhe pertence.³²

Descontada a veemência e virulência do artigo, o que este prega representa perfeitamente o pensamento dos publicistas da época sobre as relações entre os gêneros na sociedade paraguaia do pós-guerra. Mesmo que o autor, anônimo, se empenhe em demonstrar que o alvo de suas críticas eram os homens que supostamente incentivaram essas mulheres a procurarem as autoridades para reclamar a atuação do Poder Executivo e não contra elas, que, afinal, não seriam capazes de discernir entre o certo e o errado, o bem e o mal. Cabia ao homem – especialmente ao da classe dominante –, e apenas a ele, os assuntos da política, que eram a condição necessária e suficiente para sua libertação.

O homem distinguia-se da massa de seres submersos nas tarefas necessárias à sobrevivência da espécie, ganhando individualmente e assumindo sua plena condição humana através da ação política, expressa na palavra e no pensamento cultivado.³³

No entanto, a realidade do Paraguai, de pelo menos toda a segunda metade do século XIX e, particularmente, após 1870, pouco tinha a ver com essa mulher idealizada, mesmo em Asunción. Na capital era mais fácil para as mulheres ganharem seu sustento trabalhando como domésticas e exercendo pequenas atividades comerciais do que nos distritos rurais, onde a maior parte da população praticava uma agricultura de subsistência. A isso se somava a existência de grandes quartéis militares nas cercanias da cidade. As mulheres se

trasladavam para Asunción a fim de cuidarem de um irmão, um filho ou um tio que estava servindo o Exército. Elas se estabeleciam num pequeno rancho, geralmente situado em terreno que anteriormente havia pertencido aos conventos, que o Estado havia confiscado, que sublocavam em troca de valores quase simbólicos. A partir daí começavam a cozinhar, lavar e passar não só para sua própria família, mas também para outros homens que não tinham quem cuidasse deles. Esses outros homens logo se convertiam em amantes ou, ao contrário, um amante passava a ser um cliente que pagava a mulher por seus serviços domésticos. Paulatinamente, a relação se convertia em algo intermediário entre o concubinato e uma união livre. O homem ia comer, fazer a *siesta* e passar a tarde na casa de sua amante, mas não residia ali permanentemente.³⁴

Além do serviço doméstico, especialmente nas áreas urbanas, as mulheres exerciam, como vimos anteriormente, um pequeno comércio, vendendo especialmente frutas e laticínios. A preparação e a venda de *chipa* ou de doces feitos em casa representavam também uma ocupação tipicamente feminina. Era comum os viajantes descreverem o movimentado mercado de Asunción, dominado por mulheres vestidas com *typóis*³⁵ brancos, que vendiam todo tipo de comida e fumavam grandes charutos. Enrolar charutos era outra ocupação feminina tanto na cidade como no campo. Não obstante, nas zonas rurais essa ocupação não era suficiente para que as mulheres ganhassem seu próprio sustento, pois as fontes típicas de renda eram o trabalho agrícola e a tecelagem.

Antes da guerra, a abundância de terras baratas no campo para a agricultura e de pequenas parcelas na capital, mais rural que urbana, brindou as mulheres paraguaias com a oportunidade de se manterem por si mesmas em lares independentes. Isso conduziu a que elas dispusessem de uma considerável liberdade social e de campo de ação.

O ideal paternalista da mulher protegida, que permanece no lar, onde os homens velam pelo seu comportamento, só era factível, portanto, para uma ínfima minoria da classe alta paraguaia. A necessidade e a possibilidade de ganharem seu próprio sustento desde idade muito tenra não só expunha as moças e as mulheres a um contato diário com homens sem serem observadas por seus pais como também lhes proporcionava certa independência. A essa independência somava-se a bastante comum ausência de homens, que normalmente deixavam suas casas para trabalhar nos *yerbales* ou servir o exército, o que também contribuiu para que elas, geralmente sozinhas, garantissem a continuidade e a estabilidade tanto para a família como para a sociedade. Era, portanto, absurdamente destituída de sentido a prédica do articulista de *La Libertad*.

Entretanto, apesar das evidências, nem as várias *Ordenanzas Municipales* de 1874, tampouco as *Disposiciones generales de Policía* de 15 de fevereiro de 1876, dedicam algum artigo às múltiplas e variadas atividades femininas. Ao contrário, as únicas mulheres mencionadas no documento do Departamento de Policía são as que, acompanhadas de cavalheiros, deveriam

ter preferência no trânsito pelas calçadas (art. 16), numa demonstração sintomática de que as únicas mulheres que realmente importavam eram as “senhoras” e “damas”, especialmente, como dá a entender o documento, aquelas sob a proteção de algum cavalheiro, categoria bastante diversa da realidade de Asunción, por onde circulavam milhares de mulheres ocupadas com atividades produtivas “menores”.

Ao mesmo tempo, a dura realidade do pós-guerra empurraria as mais desafortunadas para o recurso a expedientes ilícitos ou moralmente condenáveis, como o roubo, a prostituição e a mendicância. Os jornais da época, ao condenarem a quantidade de mulheres que vadiavam por Asunción, exortando o governo a obrigá-las a buscarem no campo, no trabalho agrícola, ocupação e sustento, o fazem menos com a intenção de solucionar esse problema social do que com o objetivo de evitar o que chamavam de “repugnantes espetáculos” presenciados nas ruas da cidade.

Em sua edição de 12 de dezembro de 1869, *La Regeneración* denunciava “o escândalo que se presencia não apenas no Mercado como em todo lugar onde há reunião de mulheres, escândalo que consiste na imoralidade dos homens sem pudor, que crêem lícito saborear o amor nos lugares públicos”.³⁶ Na edição de 5 de janeiro de 1870, o jornal novamente chamava a atenção da polícia e da municipalidade para

a imoralidade que em quase todas as partes da população temos que presenciar. Homens sem pudor que mais se parecem a bestas que a seres racionais; podemos encontrá-los nos corredores das Igrejas [...] escandalizando atrozmente mesmo durante o dia, para saciar suas brutais paixões.³⁷

Em edição do dia 29 desse mesmo mês, um missivista escrevia no *La Nación*, afirmando que o rapto era tão comum em Asunción que nenhuma mulher estava segura sem a proteção de um forte acompanhante. Em 27 de fevereiro, *La Regeneración* divulgava um decreto do Governo Provisório no sentido de atender as suas reclamações. O decreto estipulava uma multa de um patacão ou três dias de prisão a todos os “indivíduos que perpetrassem ataques à honra e pudor das mulheres” em lugares públicos, mas não se tem informações sobre a eficácia dessa medida.

A julgar pelo artigo publicado em *El Fénix* em 16 de maio de 1873 a situação pouco mudara:

Agentes da imoralidade. Assim se pode chamar a uma chusma de indivíduos de blusas coloridas que perseguem as *kygua veras*³⁸ pelas ruas, praticando sem o menor respeito atos que a decência manda calar.³⁹

Com respeito à prostituição e de maneira geral aos “escândalos públicos” que envolviam mulheres, é preciso levar em consideração que resultava extremamente difícil identificar até onde iam os abusos dos homens do povo e dos soldados brasileiros e até que ponto havia a conivência das mulheres – embora essa hipótese não deva ser absolutamente descartada. Em muitos casos podia se tratar de fato de violações perpetradas por soldados das forças de ocupação, que, como vimos, gozavam de inúmeras regalias e privilégios.

Podemos intuir, assim, que estavam em jogo padrões de moralidade distintos, com os quais as elites eram muito pouco tolerantes, dada a intransigência que im-

punham o “progresso” e a “civilização”. Para alcançá-los, era fundamental a repressão. O problema, na verdade, residia na imensa distância entre as concepções políticas e sociais da elite paraguaia, bem como suas políticas públicas e o povo, cuja miséria não tinha como minorar e cuja lógica sequer compreendia.

É preciso registrar, ademais, que a indignação das elites com relação ao comportamento das classes populares quanto à moral pública não se restringia aos escândalos vinculados ao relacionamento sexual, era-lhes absolutamente incompreensível uma ampla gama de comportamentos que do ponto de vista da classe dominante era incompatível com a modernidade. Num artigo publicado em 15 de junho de 1871, o jornal *El Pueblo* lista os objetos de sua ojeriza:

Observamos crianças de cinco e mais anos completamente nuas revirando-se na areia no meio da rua. Observamos que certas mulheres enlodam as ruas com imundícies. Observamos que essas classes abandonadas convertem vários pontos centrais da cidade em latrinas públicas.⁴⁰

Como conviver com hábitos tão incivilizados? Para esses homens, absolutamente desinformados sobre a realidade de seu próprio país, do qual muitos viveram exilados por vários anos, era inconcebível que se mantivessem nas ruas da capital hábitos tão primitivos, como permitir que as crianças andassem nuas pelos lugares públicos até quase à puberdade. Por isso, em várias edições, *El Pueblo* propôs reiteradamente que a polícia distribuisse roupas para as crianças e adolescentes com o objetivo de impedir que continuassem ofendendo o pudor público. A campanha,

no entanto, parece não ter sido eficaz. No final do ano, o jornal ainda publicava o seguinte comentário:

Não sabemos por que se permite que crianças de ambos os sexos andem [por aí] escandalizando com sua completa nudez. Não é por miséria, mas por escandaloso costume. Muitos carregam a roupa debaixo do braço e rolam pela terra ostentando sua repugnante nudez.⁴¹

Junto à destruição física e à devastação da paisagem, a confusão da guerra trouxe também – e não podia ser de outra forma – a desorientação. Muito provavelmente descontentos os elementos da cultura popular que a classe dominante pouco se empenharia para compreender, muitos dos “desvios” de conduta moral foram consequências do cotidiano dessa desorientação. A busca de novos padrões de sobrevivência, de formas de enfrentar o dia a dia, de se divertir, de produzir e reproduzir, quase nunca era tarefa fácil e sem conflitos.

Suicídios e distúrbios psíquicos entre a população pobre eram constantemente registrados pelos jornais. Além disso, a imprensa da época registra um aumento substancial da violência e da marginalidade, particularmente entre as mulheres. Os jornais registravam quase sempre em tom jocoso, embora não sem preocupação. São vários os registros, particularmente no jornal *La Reforma*, de mulheres bêbadas, que provocavam arruaças ou que brigavam entre si, e de roubos, alguns casos com consequências fatais, cujas suspeitas quase sempre recaíam sobre mulheres. A proliferação de ladras, bem como a agilidade, esperteza e, às vezes até força desco-

munal, a elas atribuídas, prato cheio para a imprensa, criaram verdadeiros mitos de delinquência feminina.

Uma das mulheres que se encontra presa no Departamento Geral de Polícia em consequência do roubo sofrido por D. Asunción Doldan é, na verdade, uma famosa criminosa. Faz já dois anos que, mesmo estando presa e acorrentada em Humaitá, ela fugiu; anos depois, quando era Chefe Político o Coronel Dr. Luís González, foi presa por dois roubos cometidos e, poucos dias depois de sua prisão, burlando a vigilância das sentinelas, escalou as paredes do pátio da Polícia e se evadiu pela 2ª vez. A Polícia que abra o olho para que não se evapore de novo esta espécie de duende de saias. A referida indivíduo tem uma estatura colossal e cor negra; falando com ela ninguém saberia o que aquela mulher é realmente, devido a sua voz melíflua e fisionomia humilde.⁴²

Uma semana depois o jornal registrava ter sido confirmado seu temor, noticiando a fuga da ladra:

A famosa ladra e já célebre escaladora de muralhas zombou de novo das autoridades. Na madrugada de sexta-feira, burlando a vigilância das sentinelas, saiu do quarto em que estava presa e escalando as paredes da cadeia passou pelo pátio da casa contígua à que vive o Sr. Chefe de Polícia e em cujos corredores havia uma porção de gente dormindo [...]. É altamente original o que acontece com esta mulher, pois parece impossível que com tanta vigilância ela tenha podido escapar pela terceira vez.⁴³

Outra ladra famosa é Valentina López, que em abril de 1876

foi conduzida ao Departamento Geral de Polícia pela delegacia da 3ª seção [...], em poder da qual foi encontrado um riquíssimo ñanduti que havia sido roubado de

uma de nossas igrejas. Há outra cúmplice, ainda não encontrada, chamada María Pilé. [...] é a quarta ou quinta vez que foram alojadas na casa grande pela única mania de apoderar-se da propriedade alheia contra a vontade de seu dono.⁴⁴

Três meses depois Valentina ou Valé, como era mais conhecida, reaparece nas páginas do jornal:

Encontra-se na polícia uma mulher conhecida pelo nome de “Valé” que é a quinta ou sexta vez que é conduzida àquele departamento por ter pecado no 7º mandamento. Na segunda-feira à noite, levando em conta que está grávida, em consideração a seu estado, foi posta em liberdade: na quarta-feira pela manhã, era conduzida pelos agentes à Polícia, por ter sido encontrada abrindo [...] a porta de uma casa que não era a sua.⁴⁵

Em agosto Valé aparece novamente, dessa vez como recapturada, depois de ter fugido da Delegacia de Polícia:

A polícia deu caça, ontem, à famosa ladra Valentina López. Já é a 7ª vez que entra naquele asilo por sua mania de apropriar-se dos bens alheios.⁴⁶

O tom irônico pelo qual as recorrentes notícias de seus delitos, prisões e fugas eram tratadas, seria característica comum às demais notícias de delitos cometidos por populares, particularmente quando envolviam mulheres. Relatando uma briga de rua entre duas mulheres, por exemplo, o jornal *La Reforma* não poupa ironia:

Ontem à tarde na rua de Atajo duas mulheres armaram um escândalo dos maiores, chegando ao extremo de trocarem trombadas em profusão.

Não conhecemos o motivo que induziu aquelas dulcineias a promoverem o escândalo; mas vimos o resultado: isto é,

uma delas saiu sem algumas mechas de cabelo e a outra com uma boa dose de arranhões e marcas da agressão.

Os vigilantes da delegacia da 2ª seção de polícia acudiram ao barulho e as promotoras da desordem foram conduzidas ao hotel de pouco trigo.⁴⁷

Outro caso de roubo, também protagonizado por uma mulher, o texto do jornalista é cheio de jogos de palavras, revelando o tom pouco sério no tratar a questão:

Ontem, por volta das 2 da madrugada, uma das rondas que à noite vigiam a cidade apreendeu em flagrante uma mulher que estava roubando as aves do curral da casa do Sr. Montefilpo, situada na rua Pilcomayo. O dono da casa, com o ruído que fizeram as aves ao quererem mudá-las de vivenda, acudiu e, chamando a referida patrulha, que felizmente passava pela rua, prendeu a larápia, que foi alojada no hotel do galo, onde seguramente não a manterão junto com as aves.⁴⁸

Praticamente em todos os episódios os jornais não poupam elogios ao papel da polícia. O trabalho desta, aliás, não devia ser dos mais fáceis, uma vez que a economia, a política e a moral pública tramavam constantemente contra a população pobre em geral e as mulheres em particular. Não por outra razão, uma das formas mais comuns de roubo, segundo os jornais, era a que envolvia criadas que se aproveitavam da ausência dos patrões, ou de situações de doença, ou imobilidade de alguns dos donos da casa, para roubar, numa estratégia de sobrevivência, que parecia ser bastante corriqueira. Registrando um desses casos, duas criadas da residência do Sr. Fernández Narváez roubaram do patrão vários objetos, como roupas, livros e documentos importantes, cuja devolução o proprietário

prometia gratificar generosamente. O jornal comentava a necessidade de se aplicar “o castigo condigno, para evitar que continuem se sucedendo fatos que, como este, se repetem com frequência”.⁴⁹

Vemos passar, no entanto, toda a década de 1870 sem que os sucessivos governos e as frações da classe dominante que os apoiavam tomassem medidas concretas no sentido de solucionar os problemas da “vida real”. Enquanto se divertiam com as festas pueris do Teatro Nacional, ou, de outro lado, lutavam, às vezes até a morte, nas disputas pelo poder, pouco fizeram além da repressão e do escárnio. Raramente, como em um artigo de *El Pueblo* de 1872, reconheciam que da “gente baixa”, da “3ª classe”, particularmente de suas mulheres, é que era preciso reunir as forças para “regenerar” o Paraguai:

A parte viril da nação sucumbiu nos combates ou sob o punhal dos sicários do Tirano: só uma pequena fração sobreviveu à catástrofe imensa atraída sobre a pátria paraguaia pelos crimes e pela estupidéz de seus verdugos [...]. Que resta? O que sobreviveu a esta série de catástrofes que se chama História do Paraguai? [...] E lá embaixo, nos últimos graus da escala social, a multidão extremada pela miséria, envilecida pela ignorância, degradada pela superstição e pelo vício. No entanto: nessa multidão é onde se deve buscar o germe da vida nesta sociedade renascente; dessa plebe há que sair o futuro Povo; sobre essa base há que descansar a Nação paraguaia do porvir.⁵⁰

Entretanto, como alimentar o sentimento de esperança para com uma população que ao mesmo tempo inspirava medo, asco e desprezo? Como lembra Maria Stella Bresciani:

Um elo mantém as mulheres e os homens pobres atados a um destino comum; o mesmo círculo de ferro os aprisiona à esfera da vida privada, ocupados com as tarefas necessárias à reprodução da espécie. Seres dominados pelos atributos restritivos do campo da necessidade, neles prevalecem os instintos, a irracionalidade, os sentimentos. Seres incapazes de se sobreporem aos imperativos da natureza, a eles fica vedado o acesso ao domínio da palavra, da razão e da ação política, em uma palavra, ao campo das convenções que racionalizam a convivência entre os homens, tornando possível a própria sociedade civilizada.⁵¹

Porém, entre os mais pobres, os mais fortemente atados ao círculo de ferro que aprisiona à esfera privada estava a imensa quantidade de mulheres paraguaias do pós-guerra. No entanto, como temos visto até aqui, faltava às elites paraguaias do pós-guerra o discernimento e a sensibilidade para que fosse compreendido tanto o caráter singular do papel da mulher paraguaia quanto a necessidade de levá-lo em conta no processo de *regeneración*, de reconstrução do país. Algumas dessas mulheres, milhares delas, perderam-se no anonimato dos cestos de vime atulhados de chipas para vender aos soldados, no ir e vir das latas d'água, no comércio de rua. Outras ainda se confundiram no jogo de sedução – que pode significar a sobrevivência – que confunde a pobre moça casadoira, a prostituta, a mulher que só quer um homem por companhia num país tão escasso deles. Outras, como Valé, mais ousadas, desafiavam a ordem, transformando a delinquência em profissão. Aqui vemos as mulheres saírem do anonimato,

que os porta-vozes da classe dominante lhes havia reservado, para denunciar, com suas atitudes desesperadas, a iniquidade de uma nova ordem que as desprezava ainda mais do que os regimes “tirânicos”, que os líderes diziam ter enterrado quando da ocupação aliada de Asunción.

Paraguayan's Regeneration after the War of the Triple Alliance and the role of women

Abstract

In the early 1869, after nearly five years of war against the Triple Alliance, a virtually defeated Paraguay established a provisional government under the supervision of the victorious Allies. The new Paraguayan rulers promised the “regeneration” of the country “under the umbrella of the human rights and courted by all the liberal principles, which are the heritage of the most enlightened nations”. In this essay we highlight the unique role of the Paraguayan women in this process, the concerns of the “regenerators” towards them, pointing out clues about their important role in keeping alive the Paraguayan Guaraní cultural identity – seen then as a sign of “backwardness”, “barbarism” and “Jesuitism” – placing them in the gaps between the representations and the discourses about them and their actual performance in daily life.

Keywords: Paraguay. Paraguay's war. Social history.

Notas

- ¹ Apud CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 104.
- ² Idem, p. 106.
- ³ Loc.cit.
- ⁴ Cf. WARREN, Harris Gaylord. *Paraguay and the Triple Alliance War: the post-war decade, 1869-1878*. Austin: University of Texas Press, 1978, p. 4.
- ⁵ Idem, p. 48.
- ⁶ Cf. AGUÍNAGA, Juan Bautista Gill. *La Asociación paraguaya en la guerra de la Triple Alianza*. Buenos Aires: [s. ed.], 1959. p. 31.
- ⁷ Ibidem.
- ⁸ Cf. BETHELL, Leslie (Org.). *The Cambridge history of Latin America*. V. 5: c. 1870 to 1930. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 475.
- ⁹ Idem, p. 9.
- ¹⁰ Ibidem.
- ¹¹ Cf. CARDOZO, Efraim. *Apuntes de historia cultural del Paraguay*. 3. ed. Asunción: Universidad Católica "Nuestra Señora de la Asunción", [s.d.], p. 296.
- ¹² Cf. WARREN, *Paraguay and the Triple Alliance War*, p. 11.
- ¹³ ALMEIDA, João Ribeiro de. Breves considerações acerca de alguns documentos trazidos do Paraguay. Revista Trimestral do Instituto Historico, Geographico, e Etnographico do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Historico, Geographico, e Etnographico do Brasil, v. 33, n. 2, 1870, p. 196.
- ¹⁴ TAUNAY, Alfredo d'Escagnole (Visconde de). *Diário do Exercito*. 2. De Campo Grande a Aquidaban. São Paulo/Cayeiras/Rio: Melhoramentos, 1926, p. 85.
- ¹⁵ Cf. FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: s.ed., 1959, v. 4, p. 146-149.
- ¹⁶ Correspondência entre os ingleses Stuart e Stanley. Buenos Aires, 09/02/1869. Londres, Public Record Office, Foreign Office 6 (Argentina), doc. 16.
- ¹⁷ Apud PASTORE, Carlos. *La lucha por la tierra en el Paraguay*. Montevideo: Antequera, 1972. p. 176.
- ¹⁸ Biscoito típico do Paraguai, feito de polvilho, queijo e erva-doce.
- ¹⁹ Em guarani: *ñanduti* = teia de aranha. Nome também dado a um estilo de renda típico do Paraguai.
- ²⁰ CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai – 1865-1870*. 4. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, [s.d.], p. 411-412.
- ²¹ Apud DECOUD, Héctor Francisco. *Sobre los escombros de la guerra: una década de vida nacional 1869-1880*. Asunción: [s. ed.], 1925. p. 76.
- ²² CERQUEIRA, [s. d.], p. 422.
- ²³ O relato é do britânico Keith Johnson, geógrafo de uma comissão científica para examinar e informar sobre os recursos do país após a guerra. Os resultados de suas pesquisas foram publicados em uma série de artigos para a revista *Geographical Magazine*, de Londres, e, no ano seguinte, no jornal asunceno *La Reforma*. A Biblioteca Nacional de Asunción não dispõe dos números de maio de *La Reforma*, nem dos exemplares de *Geographical Magazine*, que aqui são citadas de acordo com POTTHAST-JUTKEIT, Barbara. *¿"Paraíso de Mahoma" o "País de las mujeres"?* El rol de la familia en la sociedad paraguaya del Siglo XIX. Asunción: Instituto Cultural Paraguayo-Alemán, 1996; KRAUER, Juan Carlos Herken. *El Paraguay rural entre 1869 y 1913: contribución a la historia económica regional del Plata*. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1984.
- ²⁴ Cf. BENÍTEZ, Luis G. *Historia de la educación paraguaya*. Asunción: Comuneros, 1981. p. 99.
- ²⁵ Idem, p. 121.
- ²⁶ MARCO, María del Pilar Sinués de. La poesía del hogar doméstico. *El Pueblo*, v. 3, n. 512, 21 ago. 1872.
- ²⁷ DÁVALOS, Serafina. *Humanismo*. Asunción: Jordan & Villamil, 1907. p. 41.
- ²⁸ Cf. PERROT, Michelle. Poder dos homens, potência das mulheres? O exemplo do século XIX. *Cultura Vozes*, Petrópolis: Vozes, v. 89, n. 1, jan./fev. 1996. p. 10.
- ²⁹ DAHLQUIST, Juan R. *Páginas de un maestro: colección de artículos, conferencias y discursos*. Asunción: Talleres Gráficos del Estado, 1912. p. 173.
- ³⁰ Ibidem.
- ³¹ Ridícula. *La Libertad*, v. 1, n. 40, 27 abr. 1874, p. 1.
- ³² Loc. cit.
- ³³ BRESCIANI, Maria Stella Martins. A mulher e o espaço público. *Revista Brasileira de História: Jogos da Política – Imagens, Representações e Práticas*. São Paulo: Anpuh; Marco Zero, v. 12, n. 22, mar./ago. 1991. p. 69.
- ³⁴ POTTHAST-JUTKEIT, Barbara. Relaciones matrimoniales y extramaritales en Paraguay en el siglo XIX. In: COONEY, Jerry W.; WHI-

GHAM, Thomas L. (Org.). *El Paraguay bajo los López: ensayos de historia social y política*. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1994. p. 88-90.

- ³⁵ Antigamente grafada como *tipoy*, a palavra designa, em guarani, um tipo de vestido típico paraguaio.
- ³⁶ La Regeneración, n. 28, 12 dez. 1869, p. 2.
- ³⁷ La Regeneración, n. 38, 5 jan. 1870, p. 2.
- ³⁸ A expressão significa, em guarani, “penteados”, referindo-se ao hábito que tinham as mulheres do povo de usar travessas douradas que ao mesmo tempo prendiam e enfeitavam suas, em geral, longas cabeleiras.
- ³⁹ El Fénix, 16 maio 1873, p. 2.
- ⁴⁰ El Pueblo, n. 168, 15 jun. 1871, p. 2.
- ⁴¹ El Pueblo, n. 323, 23 dez. 1871, p. 2.
- ⁴² Pájaro gordo. *La Reforma*, v. 2, n. 148, 2 abr. 1876, p. 2.
- ⁴³ Lo temíamos. *La Reforma*, v. 2, n. 154, 9 abr. 1876, p. 2.
- ⁴⁴ Por ladrona. *La Reforma*, v. 2, n. 163, 22 abr. 1876, p. 2.
- ⁴⁵ Incorregible. *La Reforma*, v. 2, n. 228, 12 jul. 1876, p. 2.
- ⁴⁶ Famosa ladrona. *La Reforma*, v. 2, 15 ago. 1876, p. 2.
- ⁴⁷ Reyerta. *La Reforma*, v. 2, n. 205, 11 jun. 1876, p. 2.
- ⁴⁸ Ratera. *La Reforma*, v. 2, n. 149, 4 abr. 1876, p. 2.
- ⁴⁹ Robo. *La Reforma*, v. 2, n. 129, 10 mar. 1876, p. 2.
- ⁵⁰ Estudios sociales. *El Pueblo*, v. 3, n. 426, 4 maio 1872, p. 2.
- ⁵¹ BRESCIANI, 1991, p. 76.